

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Odojá Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Odojá Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Reapresentação das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos atenção à nota explicativa 6 às demonstrações contábeis regulatórias, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas pela Companhia para aprimorar certas divulgações e apresentações, conforme detalhado na referida nota explicativa. Em 30 de março de 2021, emitimos nosso relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as respectivas demonstrações financeiras foram ajustadas.

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Ricardo Gomes Leite
Contador CRC-1RJ107146/O-1

Odoy Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			(reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	16.976	7.561
Contas bancárias vinculadas		3.967	6.375
Concessionárias e permissionárias	9	7.847	6.961
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.368	2.780
Outros impostos a recuperar		165	151
Despesas antecipadas		310	334
Outras contas a receber		238	949
		30.871	25.111
Não circulante			
Estoque-almojarifado		1.804	681
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	5.516	5.674
Aplicações financeiras vinculadas	8	19.595	13.150
Imobilizado	10	553.448	573.293
Intangível	10	3.006	3.023
		583.369	595.821
Total do ativo		614.240	620.932
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	1.234	1.240
Financiamentos e debêntures	12	26.802	23.475
Contribuição social a pagar		-	261
Obrigações fiscais		778	687
Taxas regulamentares		609	1.164
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		9.542	7.153
Partes relacionadas	20	-	268
Outras obrigações		227	-
		39.192	34.248
Não circulante			
Financiamentos e debêntures	12	353.835	369.579
		353.835	369.579
Patrimônio líquido	14		
Capital social		225.501	225.501
Reserva de lucros		82.692	40.445
Prejuízo acumulado		(86.980)	(48.841)
		221.213	217.105
Total do passivo e patrimônio líquido		614.240	620.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Oodá Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	16	83.250	73.988
(-) PIS e COFINS		(7.701)	(6.844)
Encargos - Parcela "A" (-) P&D ,FNDCT e MME		(1.028)	(1.020)
Receita operacional líquida		74.521	66.124
Resultado antes dos custos gerenciáveis		74.521	66.124
Custos gerenciáveis parcela "B"	17		
Material		(3)	(5)
Serviços de terceiros		(7.696)	(7.438)
Outras despesas		(702)	(644)
Despesas com depreciação		(20.017)	(19.820)
		(28.418)	(27.907)
Resultado da atividade		46.103	38.217
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		1.266	828
Despesas financeiras		(34.427)	(30.514)
		(33.161)	(29.686)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		12.942	8.531
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(368)	(261)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	(158)	1.998
		(526)	1.737
Lucro líquido do exercício		12.416	10.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	12.416	10.268
Total do resultado abrangente do exercício	<u>12.416</u>	<u>10.268</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de lucro a realizar	(Prejuízos) lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		225.501	3.509	2.939	27.850	(28.253)	231.546
Reversão de dividendos ano anterior		-	-	-	8.358	-	8.358
Dividendos deliberados		-	-	-	(15.788)	-	(15.788)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(10.126)	-	(10.126)
Lucro do exercício		-	-	-	-	10.268	10.268
Destinação de lucros à		-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	1.543	-	-	(1.543)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	701	-	(701)	-
Dividendos mínimos		-	-	-	-	(7.153)	(7.153)
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	21.459	(21.459)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		225.501	5.052	3.640	31.753	(48.841)	217.105
Reversão de dividendos ano anterior		-	-	-	7.153	-	7.153
Juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	(4.096)	-	(4.096)
Dividendos deliberados		-	-	-	(1.823)	-	(1.823)
Lucro do exercício		-	-	-	-	12.416	12.416
Destinação de lucros à distribuir		-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	2.085	-	-	(2.085)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	1.439	-	(1.439)	-
Juros sobre capital próprio não pagos		-	-	-	-	(8.864)	(8.864)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(678)	(678)
Reserva de lucro a realizar		-	-	-	37.489	(37.489)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		225.501	7.137	5.079	70.476	(86.980)	221.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2021	31/12/2020 (reapresentado)
Atividades operacionais			
Lucro antes do tributo sobre o lucro		12.942	8.531
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	10	20.017	19.820
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	12	33.906	30.077
Provisões		242	169
Rendimento aplicação financeira		(565)	(269)
Baixa de intangível		17	-
		66.559	58.328
Variações nos ativos e passivos:			
Concessionárias e permissionárias	9	(886)	(499)
Partes relacionadas	20	(268)	260
Outras contas a receber		711	87
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.412	(47)
Outros impostos a recuperar		(14)	1.215
Despesas antecipadas		24	9
Fornecedores	11	(248)	(383)
Obrigações fiscais		(19)	1.487
Estoque – almoxarifado		(1.123)	-
Taxas regulamentares		(555)	360
Outras obrigações		227	-
		(739)	2.489
Contribuição social paga		(519)	(1.070)
Fluxo de Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		65.301	59.747
Atividades de investimentos			
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	10	(172)	(2.626)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos		(172)	(2.626)
Atividades de financiamentos			
Financiamentos e debêntures obtidos	12	-	1.236
Pagamentos principal financiamentos e debêntures	12	(20.922)	(18.596)
Pagamentos de juros de financiamentos e debêntures	12	(25.401)	(26.707)
Aplicações financeiras vinculadas	8	(5.880)	1.508
Contas bancárias vinculadas		2.408	(535)
Dividendos		(1.823)	(15.788)
Juros sobre capital próprio pago	14	(4.096)	(10.126)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos		(55.714)	(69.008)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		9.415	(11.887)
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	7	16.976	7.561
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	7	7.561	19.448
Variação no saldo de no caixa e equivalentes de caixa		9.415	(11.887)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Odojá Transmissora de Energia S.A. (“Companhia ou Transmissora”), controlada pelo Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pela Quantum Participações S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de maio de 2014 e está estabelecida na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais n.º 102, 111 e 112, sala 02, Itaim Bibi, CEP: 04530-001 - São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- SE 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV)
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- SE 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res)x300MVA e Compensador Estático (-100/+200)Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km e
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, 300 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, SE Moppro do Chapéu 11 500/230kV - (6+1R) x 300 MVA e Compensador Estático 500kV (-100/+200) Mvar.

Odoya Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. Da concessão

Em 25 de julho de 2019, conforme Carta ONS - 0502 - DTA - 2019 foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Transmissora Odoya.

A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$45.569 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

Os montantes que são faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional regulatória.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 0,04% da receita operacional regulatória.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,04% da receita operacional regulatória.
- Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,02% da receita operacional regulatória.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. Da concessão

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

1.2. Impactos do Covid-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores, terceiros e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Em 2020 foi criado o Comitê de COVID 19, responsável pelo planejamento de contingências para lidar com a situação, e o programa de monitoramento médico, com a contratação de consultoria especializada para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. O Comitê, têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de carácter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.2. Impactos do Covid-19

A partir de 01 de setembro de 2021, os (as) colaboradores (as) do escritório corporativo iniciaram a retomada gradativa do trabalho presencial na modalidade de trabalho híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão COVID 19, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores (as) em regime de escala, sendo as equipes divididas e revezando os grupos de colaboradores uma semana de forma presencial e uma semana em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 22.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria da Companhia em 30 de março de 2022.

3.2. Licenças ambientais

Os órgãos responsáveis pelas licenças ambientais da Companhia são o IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e o IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Estado da Bahia.

A Companhia obteve as seguintes licenças ambientais para a construção e operação do empreendimento:

- Licença Prévia (LP): Portaria INEMA nº 11.334 emitida em 24 de fevereiro de 2016 para o trecho LT 500kV Morro do Chapéu II -Sapeaçu; e, Portaria INEMA nº 9596 emitida em 11 de abril de 2015 para o trecho LT 230kV Juazeiro III - Juazeiro II;
- Licença de Instalação (LI): Portaria INEMA nº 12.905 emitida em 17 de novembro de 2016 para o trecho LT 500kV Morro do Chapéu II -Sapeaçu; e, Portaria INEMA nº 10.713 emitida em 06 de novembro de 2015 para o trecho LT 230kV Juazeiro III - Juazeiro II;

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.2. Licenças ambientais

- Licença de Operação - LO: a Resolução CEPRAM nº. 4.119, de 30 de agosto de 2010, prevê que no estado da Bahia a operação de linhas de transmissão não é contemplada em uma etapa específica do licenciamento ambiental. Desta forma, o último documento referente ao licenciamento ambiental do empreendimento foram as Licenças de Instalação que tiveram suas condicionantes atendidas.

Para o Estado da Bahia as autorizações ambientais necessárias estão inclusas na Portaria da Licença de Instalação, por isso não há outras autorizações necessárias.

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas licenças, são também necessárias outras autorizações específicas de órgãos intervenientes que já foram obtidas e todas as condicionantes foram atendidas, tanto que o empreendimento se encontra operacional e com as licenças ambientais vigentes.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receita e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais e instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 21.

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

4.1. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

4.2. Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamento e debêntures. Custos de financiamento e debêntures que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis

4.3. Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

ii) Ativo financeiro ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2021 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam a conta concessionárias e permissionárias e é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 38 / IAS 39.46(a).

4.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

4.5. Concessionárias e permissionárias

Referem-se aos créditos faturado aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis

4.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

4.7. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis

4.8. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

4.9. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis

4.9. Distribuição de lucros

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Imposto de renda sobre os dividendos

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda.

4.10. Imobilizado

i) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. Os quais, na avaliação da Companhia, se aproximam da vida útil dos bens.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis

4.10. Imobilizado

ii) Imobilizado em curso

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias, e demais encargos financeiros incorridos sobre e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos financiamento e debêntures vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

iii) Redução ao valor recuperável (impairment)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável. A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Esperanza sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos períodos apresentados.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis

4.11. Intangível

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.12. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis

4.12. Mensuração do valor justo

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4.13. Demonstração de fluxo de Caixa (“DFC”)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”) A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Companhia classifica os juros pagos e os dividendos recebidos como atividade de investimento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno de seus investimentos.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

5. Normas emitidas e interpretações

5.1. Novas normas e interpretações

Normas emitidas e vigentes

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de *hedge* seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

A companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

A Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações contábeis regulatórias.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

5. Normas emitidas e interpretações

5.1. Novas normas e interpretações

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

No entanto, a norma não se aplica à Companhia por não existirem contratos de arrendamento vigentes no ano de 2021.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

5. Normas emitidas e interpretações

5.1. Novas normas e interpretações

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de Políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Reapresentação

6.1. Reapresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações financeiras foram reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de companhia como empresa listada na categoria B na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para apresentar a demonstração de valor adicionado, resultado por ação, informações de segmentos e para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas, relativas, principalmente, análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros na nota de instrumentos financeiros e riscos de mercado.

6.2. Reapresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia, com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras, adequou a apresentação nas rubricas dos quadros apresentados abaixo, proporcionando a melhoria na qualidade e comparabilidade das informações contábeis entre os exercícios de 2020, e estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

Abaixo os quadros descritivos da reapresentação dos valores 2020.

a) Balanco Patrimonial

	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
	(apresentado)		(reapresentado)
Ativo			
circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	13.936	(6.375)	7.561
Contas bancárias vinculadas	-	6.375	6.375
Concessionárias e permissionárias	6.961	-	6.961
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.780	-	2.780
Outros impostos a recuperar	151	-	151
Despesas antecipadas	334	-	334
Outros créditos	1.630	(681)	949
	25.792	(681)	25.111
Não circulante			
Estoque - almoxarifado	-	681	681
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.674	-	5.674
Aplicação financeira vinculada	13.150	-	13.150
Imobilizado	573.293	-	573.293
Intangível	3.023	-	3.023
	595.140	681	595.821
Total do ativo	620.932	-	620.932

6. Reapresentação

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6.2. Reapresentação das demonstrações contábeis

Passivo	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
Circulante	(apresentado)		(reapresentado)
Fornecedores	1.240	-	1.240
Financiamentos e debêntures	23.475	-	23.475
Contribuição social a pagar	-	261	261
Outras obrigações fiscais	948	(261)	687
Taxas regulamentares	1.164	-	1.164
Dividendos a pagar	7.153	-	7.153
Partes relacionadas	268	-	268
	34.248	-	34.248
Não circulante			
Financiamentos e debêntures	369.579	-	369.579
	369.579	-	369.579
Patrimônio líquido			
Capital social	225.501	-	225.501
Reserva de incentivos fiscais	3.640	(3.640)	-
Reserva de lucro	36.805	3.640	40.445
Prejuízo Acumulado	(48.841)	-	(48.841)
	217.105	-	217.105
Total do passivo e do patrimônio líquido	620.932	-	620.932

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Reapresentação

6.2. Reapresentação das demonstrações contábeis

b) Demonstração do fluxo de caixa

	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
	(apresentado)		(reapresentado)
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	10.268	(10.268)	-
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	-	8.531	8.531
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	19.820	-	19.820
Contribuição social corrente	261	(261)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.998)	1.998	-
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	30.077	-	30.077
Provisões	169	-	169
Rendimento de aplicação financeira	-	(269)	269
	58.597	(269)	58.328
Variações nos ativos e passivos:			
Concessionárias e permissionárias	(499)	-	(499)
Partes relacionadas	260	-	260
Outros créditos	87	-	87
Tributos a recuperar	1.168	-	1.168
Despesas antecipadas	9	-	9
Fornecedores	(383)	-	(383)
Obrigações fiscais	1.487	-	1.487
Taxas regulamentares	360	-	360
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	2.489	-	2.489
Contribuição social paga	(1.070)	-	(1070)
	60.016	(269)	59.797
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais			
Atividades de investimentos			
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	(2.626)	-	(2.626)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(2.626)	-	(2.626)
Atividades de financiamentos			
Contas bancárias vinculadas	-	(535)	(535)
Captações de financiamentos e debêntures	1.236	-	1.236
Pagamentos de principal de financiamento e debêntures	(18.596)	-	(18.596)
Pagamentos de juros de financiamento e debêntures	(26.707)	-	(26.707)
Aplicações financeiras vinculadas	1.239	269	1.508
Dividendos	(15.788)	-	(15.788)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(10.126)	-	(10.126)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(68.742)	(535)	(69.008)
	(11.352)	(535)	(11.887)
Aumento (redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	13.936	(6.375)	7.561
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	25.288	(5.840)	19.448
	(11.352)	(535)	(11.887)
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa			

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
		(reapresentado)
Caixa	1	1
Bancos	13	10
Aplicações (i)	16.962	7.550

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

16.976 7.561

- (i) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 115,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Segue abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Banco BTG	CDB	115,8% CDI	<u>16.962</u>	<u>7.550</u>
			<u>16.962</u>	<u>7.550</u>

7.1. Contas bancárias vinculadas

Refere-se a conta vinculada ao financiamento e as debêntures. A receita da Companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário conforme regra contratual.

	31/12/2021	31/12/2020
		(reapresentado)
Bancos	<u>3.967</u>	<u>6.375</u>
	<u>3.967</u>	<u>6.375</u>

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

8. Aplicações financeiras vinculadas

Refere-se, basicamente, a conta reserva constituída, de acordo com os respectivos contratos de financiamentos e debêntures, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicação financeira vinculada	<u>19.595</u>	<u>13.150</u>
	19.595	13.150

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Banco Bradesco	CDB	94,8% CDI	<u>19.595</u>	<u>13.150</u>
			19.595	13.150

9. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Concessionárias e permissionárias	<u>7.847</u>	<u>6.961</u>

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Títulos a vencer	<u>7.481</u>	<u>6.392</u>
Títulos vencidos em até 90 dias	<u>37</u>	<u>267</u>
Títulos vencidos há mais de 90 dias	<u>329</u>	<u>302</u>
	7.847	6.961

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado - R\$ Mil	Valor bruto em				Adições		Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
	31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Líquidas = (A)-(B)+(C)			
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	600	-	-	-	600	-	-	600	600
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	10.505	-	-	-	10.505	-	(1.502)	9.003	9.353
Máquinas e Equipamentos	628.424	-	-	-	628.424	-	(84.955)	543.469	563.136
Subtotal	639.529	-	-	-	639.529	-	(86.457)	553.072	573.089
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos / desapropriações	128	-	-	-	128	-	-	128	128
Máquinas e equipamentos	-	172	-	-	172	172	-	172	-
Adiantamento a fornecedores	76	-	-	-	76	-	-	76	76
Subtotal	204	172	-	-	376	172	-	376	204
Total do ativo imobilizado	639.733	172	-	-	639.905	172	(86.457)	553.448	573.293

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado e intangível

Imobilizado - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições			Valor bruto em 31/12/2020	Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
		Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)					
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	400	-	-	200	600	200	-	600	400
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	6.941	-	-	3.564	10.505	3.564	(1.152)	9.353	6.338
Máquinas e Equipamentos	560.653	-	-	67.771	628.424	67.771	(65.288)	563.136	514.636
Subtotal	567.994	-	-	71.535	639.529	71.535	(66.440)	573.089	521.374
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos / desapropriações	128	-	-	-	128	-	-	128	128
A Ratear									
Pessoal	45	-	-	(45)	-	(45)	-	-	45
Materiais	16.540	-	-	(16.540)	-	(16.540)	-	-	16.540
Serviços	41.518	-	-	(41.518)	-	(41.518)	-	-	41.518
Outros	4.312	1.928	-	(6.240)	-	(4.312)	-	-	4.312
Resultado financeiro	7.189	-	-	(7.189)	-	(7.189)	-	-	7.189
Adiantamento a fornecedores	76	-	-	-	76	-	-	76	76
Material em depósito	202	642	-	(844)	-	(202)	-	-	202
Administração									
Móveis e utensílios	4	-	-	(4)	-	(4)	-	-	4
Outros									
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	364	56	-	(420)	-	(364)	-	-	364
Subtotal	70.378	2.626	-	(72.800)	204	(70.174)	-	204	70.378
Total do ativo imobilizado	638.372	2.626	-	(1.265)	639.733	1.361	(66.440)	573.293	591.752

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado e intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Adições		Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
					Valor bruto em 31/12/2021	Líquidas = (A)- (B)+(C)			
Ativo Intangível em Serviço									
Servidões	1.985	-	-	-	1.985	-	-	1.985	1.985
Subtotal	1.985	-	-	-	1.985	-	-	1.985	1.985
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	1.038	-	(17)	-	1.021	(17)	-	1.021	1.038
Subtotal	1.038	-	(17)	-	1.021	(17)	-	1.021	1.038
Total do intangível	3.023	-	(17)	-	3.006	(17)	-	3.006	3.023

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Adições		Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
					Valor bruto em 31/12/2020	Líquidas = (A)- (B)+(C)			
Ativo Intangível em Serviço									
Servidões	1.985	-	-	-	1.985	-	-	1.985	1.985
Subtotal	1.985	-	-	-	1.985	-	-	1.985	1.985
Ativo Intangível em curso									
Depósitos judiciais	1.038	-	-	-	1.038	-	-	1.038	1.038
Subtotal	1.038	-	-	-	1.038	-	-	1.038	1.038
Total do intangível	3.023	-	-	-	3.023	-	-	3.023	3.023

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado e intangível

Composição / Depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação	31/12/2021		31/12/2020	
		Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Custo Histórico	3,5	639.529	(86.457)	553.072	573.089
		639.529	(86.457)	553.072	573.089
Em Curso					
Transmissão					
Custo Histórico		376	-	376	204
		376	-	376	204
Total		639.905	(86.457)	553.448	573.293

As principais taxas de anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015, que foi revogada pela resolução No. 674/2015, são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação %</u>
Transmissão	
Banco de Capacitores	5,88
Barramento	2,50
Condutor	2,70
Disjuntor	3,03
Estrutura (Poste, Torre)	2,70
Transformador	3,33

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

11. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e serviços	98	346
Provisões	1.136	894
	1.234	1.240

12. Financiamentos e debêntures

a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento Final	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2021	31/12/2020
BNDES Subcrédito - A	BRL	15/08/2031	TJLP314 + 1,98%	27.090	29.025
BNDES Subcrédito - B	BRL	15/01/2033	TJLP314 + 1,98%	169.947	179.989
BNDES Subcrédito - C	BRL	15/03/2033	TJLP314 + 1,98%	9.097	9.623
BNDES Subcrédito - D	BRL	15/07/2032	TJLP314 + 1,98%	16.867	17.898
BNDES Subcrédito - E	BRL	15/08/2031	TJLP314 + 1,98%	8.190	8.774
BNDES Subcrédito - F	BRL	15/08/2033	TJLP314 + 1,98%	51.298	54.328
BNDES Subcrédito - G	BRL	15/08/2033	TJLP314 + 1,98%	2.745	2.904
BNDES Subcrédito - H	BRL	15/08/2032	TJLP314 + 1,98%	5.091	5.402
BNDES Subcrédito - I	BRL	15/03/2033	TJLP314 + 2,68%	1.159	1.224
Itaú - Debêntures	BRL	15/09/2031	IPCA + 6,80%	89.153	83.887
				380.637	393.054
Circulante				26.802	23.475
Não circulante				353.835	369.579
				380.637	393.054

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

12. Financiamentos e debêntures

b) Movimentação 2021

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Juros	Pagamento de Juros	Amortização de Principal	Saldo em 31/12/2021
BNDES Subcrédito - A	29.025	1.838	(1.836)	(1.937)	27.090
BNDES Subcrédito - B	179.989	11.464	(11.441)	(10.065)	169.947
BNDES Subcrédito - C	9.623	613	(611)	(528)	9.097
BNDES Subcrédito - D	17.898	1.220	(1.217)	(1.034)	16.867
BNDES Subcrédito - E	8.774	556	(554)	(586)	8.190
BNDES Subcrédito - F	54.328	3.460	(3.452)	(3.038)	51.298
BNDES Subcrédito - G	2.904	185	(185)	(159)	2.745
BNDES Subcrédito - H	5.402	368	(367)	(312)	5.091
BNDES Subcrédito - I	1.224	86	(87)	(64)	1.159
Itaú - Debêntures	83.887	14.116	(5.651)	(3.199)	89.153
Total	393.054	33.906	(25.401)	(20.922)	380.637

c) Movimentação 2020

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2019	Captações Adições	Juros	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Saldo em 31/12/2020
BNDES Subcrédito - A	30.848	-	1.987	(2.004)	(1.806)	29.025
BNDES Subcrédito - B	189.469	-	12.258	(12.357)	(9.381)	179.989
BNDES Subcrédito - C	10.119	-	655	(659)	(492)	9.623
BNDES Subcrédito - D	18.867	-	1.306	(1.316)	(959)	17.898
BNDES Subcrédito - E	9.326	-	601	(607)	(546)	8.774
BNDES Subcrédito - F	57.190	-	3.700	(3.731)	(2.831)	54.328
BNDES Subcrédito - G	3.054	-	198	(200)	(148)	2.904
BNDES Subcrédito - H	5.695	-	394	(397)	(290)	5.402
BNDES Subcrédito - I	-	1.236	24	(20)	(16)	1.224
Itaú - Debêntures	82.476	-	8.954	(5.416)	(2.127)	83.887
Total	407.044	1.236	30.077	(26.707)	(18.596)	393.054

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

12. Financiamentos e debêntures

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do projeto Odojá, a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas TJLP314 + 1,98%. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, todas as cláusulas restritivas “covenants financeira” estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida e Índice de Capital Próprio) e também “covenants” não financeiras/ cláusulas restritivas incluindo as de vencimento antecipado foram cumpridas.

Debêntures

Com o objetivo de financiar investimentos ligados à implantação do Projeto Odojá e de forma complementar ao BNDES, a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures devidamente aprovadas mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 476 “Instrução CVM 476”, sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. As garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, todas as cláusulas restritivas “covenants” estabelecidas no contrato de debêntures foram cumpridas pela Companhia.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	23.475
2022	24.238	24.428
2023	27.528	27.442
2024	30.676	30.321
Após 2024	298.195	287.388
Total financiamentos e debêntures	380.637	393.054

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

13. Impostos diferidos

	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020
Ativo/passivo			
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	5.516	(158)	5.674
Não circulante	5.516	(158)	5.674

	31/12/2020	Movimentação	31/12/2019
Ativo/passivo			
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	5.674	(5.125)	10.799
Não circulante	5.674	(5.125)	10.799

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 3 anos:

Períodos	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	749
2022	2.247	2.173
2023	2.678	1.782
2024	591	970
Total	5.516	5.674

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e totalmente integralizados da Companhia é de R\$ 225.501.000, dividido em 225.501.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Composição acionária	31/12/2021			31/12/2020		
	Quotistas	Qntd Ações	%	Valor (Em Reais)	Qntd Ações	%
Brasil Energia Fundo de investimentos em participações	225.500.999	99,9999996%	225.500.999	225.500.999	99,9999996%	225.500.999
Quantum Participações S.A	1	0,0000004%	1	1	0,0000004%	1
Total	225.501.000	100%	225.501.000	225.501.000	100%	225.501.000

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido

b) Política de dividendos

Na data 28 de abril de 2021 conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE às 10:30, os acionistas renunciaram aos dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2020, no montante de R\$7.153, os quais foram destinados para reserva de lucro.

Na data 28 de abril de 2021 conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE às 12:00, foi aprovado a declaração e o pagamento, aos acionistas, de juros sobre o capital próprio originários e dividendos da Reserva de Lucros constituída pela Companhia até o final do exercício de 2020 no montante de R\$ 4.096 e R\$ 1.823 respectivamente. O valor foi totalmente pago na mesma data de deliberação.

Na data 10 de dezembro de 2021 conforme Assembleia Geral Extraordinária – AGE às 12:00, foi deliberada a destinação de JCP no total e R\$ 6.561 dos quais são referentes ao terceiro trimestre o montante de R\$ 5.391, e R\$ 1.170 referente ao JCP de outubro. O pagamento dos referidos valores serão objetos da Assembleia Geral Ordinária – AGO a realizar-se em 2022.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício societário, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro do exercício	41.691	30.856
(-) Reserva legal	(2.085)	(1.543)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(1.439)	(701)
	<u>38.167</u>	<u>28.612</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>9.542</u>	<u>7.153</u>
Juros sobre capital próprio	<u>(8.864)</u>	
Dividendos	<u>678</u>	

c) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido

d) Reserva de incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº0142/2018 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 21 de setembro de 2018 foi garantido à Odojá Transmissora de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

e) Reserva de lucro a realizar

O saldo da reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2021 se constitui do saldo remanescente de lucros acumulados. Os administradores efetuarão a proposta sobre a destinação deste saldo em Assembleia Geral.

15. Provisão para contingências

A Companhia é parte em demandas trabalhistas e cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2021 estavam assim representadas:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Qtde.	Montante	Qtde.	Montante
Cíveis	1	7	-	-
Trabalhista	1	100	1	100
Fiscal	1	1.144	1	1.043
Fundiário	7	1.149	8	1.349
	10	2.400	10	2.492

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

15. Provisão para contingências

A principal causa classificada com expectativa de perda considerada possível está relacionada ao litígio entre a Companhia e o Município de Sapeaçu, referente a ação anulatória ajuizada pela Companhia contra o auto de infração 003/2018, lavrado pelo Município de Sapeaçu, por cobrança alegadamente indevida de ISS. no valor de R\$1.144.

16. Receita operacional líquida

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita anual permitida	83.250	73.988
Total Receita Bruta	83.250	73.988
(-) PIS e COFINS	(7.701)	(6.844)
(-) Encargos setoriais (*)	(1.028)	(1.020)
Receita líquida	74.521	66.124

(i) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

17. Custos gerenciáveis

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Material	(3)	(5)
Serviços de terceiros (i)	(7.696)	(7.438)
Despesas com depreciação	(20.017)	(19.820)
Outros custos	(702)	(644)
	(28.418)	(27.907)

(i) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviço de gestão empresarial, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

18. Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras	1.266	828
Rendimento e aplicação financeira	1.229	487
Outras receitas financeiras	99	392
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(62)	(51)
Despesas financeiras	(34.427)	(30.514)
Juros de financiamento e debêntures	(33.906)	(30.077)
IOF	(26)	
Outras despesas financeiras	(495)	(437)
Resultado financeiro líquido	<u>(33.161)</u>	<u>(29.686)</u>

19. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	12.942	12.942	8.531	8.531
Despesa de IR e CSLL calculada	(3.236)	(1.165)	(2.133)	(768)
Juros sobre Capital Próprio	3.240	1.166	2.532	911
Incentivo Fiscal Sudene	1.439	-	701	
(+)Outros	(1.443)	(528)	369	124
Despesa de IR e CS	<u>-</u>	<u>(526)</u>	<u>1.469</u>	<u>268</u>
Total dos tributos correntes	-	(368)	-	(261)
Total dos tributos diferidos	-	(158)	1.469	529
Despesa total com tributos	<u>-</u>	<u>(526)</u>	<u>1.469</u>	<u>268</u>
Alíquota Efetiva	4,06%		-20,36%	

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

20. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Transações	Passivo	
	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores (i)		
Quantum Participações S.A.	-	268
Total	-	268

Transações	Resultado	
	31/12/2021	31/12/2020
G&A (ii)		
Quantum Participações S.A.	(1.121)	(1.073)
Reembolso de mão-de-obra (iii)		
Quantum Participações S.A.	(29)	(594)
Total	(1.150)	(1.667)

(i) Refere-se ao saldo a pagar no âmbito do G&A (b) e do reembolso de mão de obra (c), detalhados abaixo.

(ii) Refere-se ao contrato de compartilhamento de custos celebrado entre a Companhia e outras entidades do grupo de um lado, e a Quantum Participações S.A., de outro, para regular o rateio e alocação dos custos e despesas de atividades administrativas de fato compartilhadas entre as partes, de acordo com os critérios de rateio regulatório, conforme anuído pela Aneel.

(iii) Refere-se ao reembolso feito pela Companhia à Quantum Participações S.A. em virtude da alocação de mão-de-obra operacional de pessoal nos atendimentos aos projetos relacionados aos Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI) e Contratos de Conexão às Instalações de Transmissão (CCT). O valor reembolsado pela Companhia à Quantum Participações S.A. é, por sua vez, reembolsado à Companhia pelas acessadas com as quais a Companhia celebra os referidos contratos de CCI e CCT, razão pela qual os valores não são abarcados pelo G&A celebrado entre a Companhia e a Quantum Participações S.A.

a) Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2021, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores são remunerados pela Quantum Participações S.A, que efetua o repasse através de rateio das despesas administrativas (que inclui a remuneração dos seus administradores) para as concessões que estão sob sua gestão.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de mercado.
- Risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

b) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Risco de crédito	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	16.976	7.561
Contas bancárias vinculadas	3.967	6.375
Aplicação financeira vinculada	19.595	13.150
Concessionárias e permissionárias	7.847	6.961
	48.385	34.047

- Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- Concessionárias e permissionárias - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

c) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras		
Aplicação financeira e caixa e equivalente (CDI)	16.962	7.550
Aplicação financeira vinculadas (CDI)	19.595	13.150
Passivo financeiro		
Financiamento (TJLP)	291.484	309.167
Debêntures (IPCA)	89.153	83.887

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, as análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. Publicado na data 07 de janeiro de 2022.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras - caixa e equivalente de caixa	16.962	Queda da taxa CDI	478	362	244
Aplicações financeiras vinculada	19.595	Queda da taxa CDI	552	418	282
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			11,75%	8,81%	5,88%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 11,75% para o período, conforme divulgado pelo BACEN em 07 de janeiro de 2022.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

Com relação aos financiamentos e debêntures, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP e IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos financeiros					
BNDES	291.484	Aumento da TJLP	3.802	4.730	5.649
Debêntures	89.153	Aumento do IPCA	2.162	2.680	3.188
Referência para passivos financeiros			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)	-		5,32%	6,65%	7,98%
IPCA + 6,80 (%)	-		10,06%	12,58%	15,09%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP e IPCA médio estimado de 5,32% e 10,06%, conforme divulgado pelo BACEN em 07 de janeiro de 2022.

- Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- Risco de captação - a Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

d) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2021. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impactados acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	1.234	1.234	-	-
Financiamentos e Debêntures	380.637	39.872	79.782	313.737
	381.871	41.106	79.782	313.737

e) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras (incluindo as vinculadas)	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias a permissionárias	Custo amortizado

Passivos financeiros	Categoria
Fornecedores	Custo Amortizado
Financiamentos e debêntures	Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas- contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Concessionárias e permissionárias - A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.
- Financiamentos e debêntures - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

f) Hierarquia do valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado.

Descritivo		31/12/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicação financeiras (caixas e equivalentes)	Nível 2	16.962	16.962	7.550	7.550
Aplicação financeira vinculada	Nível 2	19.595	19.595	13.150	13.150
Total		36.557	36.557	20.700	20.700

Descritivo		31/12/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Financiamentos (BNDES)	Nível 2	291.484	291.484	309.167	309.167
Debêntures	Nível 2	89.153	91.968	83.887	95.947
Total		380.637	383.452	393.054	405.114

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

22. Compromissos

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

- Contrato de O&M - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M).

A remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da RAP pela Companhia. No ano de 2021 foram cobrados R\$4.609 (*R\$4.491 em 2020*).

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$2.640 por ano.

23. Conciliação entre as demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		16.976	-	16.976	7.561	-	7.561
Caixas bancários vinculados		3.967	-	3.967	6.375	-	6.375
Concessionárias e permissionárias		7.847	-	7.847	6.961	-	6.961
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.368	-	1.368			
Outros impostos a recuperar		165	-	165	2.780	-	2.780
Outras contas a receber		238	-	238	151	-	151
Despesas antecipadas		310	-	310	949	-	949
Ativo de contratual	21.1	-	23.024	23.024	334	-	334
		30.871	23.024	53.895	-	23.659	23.659
					25.111	23.659	48.770
Não circulante							
Estoque – almoxarifado		1.804	-	1.804	681	-	681
Imposto de renda e contribuição social diferido*	21.3	5.516	(5.516)	-	5.674	-	5.674
Aplicação financeira vinculada		19.595	-	19.595	13.150	-	13.150
Ativo de contratual	21.1	-	768.488	768.488	-	744.194	744.194
Imobilizado	21.2	553.448	(553.448)	-	573.293	(573.293)	-
Intangível	21.2	3.006	(3.006)	-	3.023	(3.023)	-
		583.369	212.034	789.887	595.821	167.878	763.699
Total do ativo		614.240	235.058	843.782	620.932	191.537	812.469

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo Circulante							
Fornecedores		1.234	-	1.234	1.240	-	1.240
Financiamentos e debêntures		26.802	-	26.802	23.475	-	23.475
Contribuição social a pagar		-	-	-	261	-	261
Obrigações fiscais		778	-	778	687	-	687
Taxas regulamentares		609	-	609	1.164	-	1.164
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		9.542	-	9.542	7.153	-	7.153
Partes relacionadas		-	-	-	268	-	268
Outras obrigações		227	-	227	-	-	-
		39.192	-	39.192	34.248	-	34.248
PIS e COFINS diferido	21.3	-	73.215	73.215	-	71.026	71.026
Imposto de renda e contribuição social diferido*	21.3	-	64.026	64.026	-	51.811	51.811
Financiamentos e debêntures		353.835	-	353.835	369.579	-	369.579
		353.835	142.757	496.592	369.579	128.511	492.416
Patrimônio líquido							
Capital social		225.501	-	225.501	225.501	-	225.501
Reserva de lucros	21.4	73.828	14.185	88.013	40.445	14.185	54.630
Prejuízo acumulado	21.4	(78.116)	78.116	-	(48.841)	48.841	-
		221.213	92.301	313.514	217.105	63.026	280.131
Total do passivo e patrimônio líquido		614.240	235.058	849.298	620.932	191.537	812.469

(*) Imposto de renda e contribuição social diferido são apresentados líquido no passivo na Demonstração Financeira Societária.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Demonstrações do resultado
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Nota	2021			2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida - RAP	83.250	(83.250)	-	73.988	(73.988)	-
Receita de construção - Ativo de contratual	-	-	-	-	-	-
Remuneração do Ativo de contratual	-	85.234	85.234	-	82.567	82.567
Receita de O&M - Ativo de contratual	-	9.337	9.337	-	8.575	8.575
Outras receitas	-	12.338	12.338	-	10.960	10.960
	83.250	23.659	106.909	73.988	28.114	102.102
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	(7.701)	(2.188)	(9.889)	(6.844)	(2.600)	(9.444)
Encargos setoriais	(1.028)	-	(1.028)	(1.020)	-	(1.020)
Receita operacional líquida	74.521	21.471	95.992	66.124	25.514	91.638
Custo de construção	-	-	-	-	(1.362)	(1.362)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	74.521	21.471	95.992	66.124	24.152	90.276
Custos gerenciáveis parcela "B"						
Material	(3)	(156)	(159)	(5)	-	(5)
Serviços de terceiros	(7.696)	-	(7.696)	(7.438)	-	(7.438)
Outras despesas	(702)	-	(702)	(644)	(4)	(648)
Depreciação	(20.017)	20.017	-	(19.820)	19.820	-
	(28.418)	19.861	(8.557)	(27.907)	19.816	(8.091)
Resultado da atividade	46.103	41.332	87.435	38.217	43.968	82.185
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	1.266	-	1.266	828	-	828
Despesas financeiras	(34.427)	-	(34.427)	(30.514)	-	(30.514)
	(33.161)	-	(33.161)	(29.686)	-	(29.686)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	12.942	41.332	54.274	8.531	43.968	52.499
Imposto de renda e contribuição social corrente	(368)	-	(368)	(261)	-	(261)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(158)	(12.057)	(12.215)	1.998	(23.380)	(21.382)
Lucro líquido do exercício	12.416	29.275	41.691	10.268	20.588	30.856

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

23.1. Ativo de Contratual

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão:

- Receita Anual Permitida - RAP - a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.
- Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Ativo de contratual de concessão indenizável

Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

23.1. Ativo de Contratual

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório.

- Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.
- Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão.

- Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

23.2. Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/ IFRS 15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da CPC 47/ IFRS 15 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contratual, vide nota de ajuste 20. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

23.3. Impostos diferidos e correntes

Conforme detalhado na nota de ajuste 23.7, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/ IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo pis e cofins diferidos e IRPJ e CSLL diferidos e efeitos do imposto corrente sobre a RAP (Receita Anual Permitida).

23.4. Patrimônio líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido societário	313.514	280.131
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de Contratual	(791.512)	(767.853)
Imobilizado e intangível	556.454	576.316
Impostos diferidos	142.757	128.511
Patrimônio líquido regulatório	221.213	217.105

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47 - Receita de contratos com clientes, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

23.5. Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro, quando aplicável, decorrentes da aplicação da CPC 47/ IFRS 15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47/ IFRS 15 são desconsiderados.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

23.5. Receita

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/ IFRS 15 está demonstrada a seguir:

	2021			2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida - RAP	83.250	(83.250)	-	73.988	(73.988)	-
Remuneração do Ativo de contratual	-	85.234	85.234	-	82.567	82.567
Receita de O&M - Ativo de contratual	-	9.337	9.337	-	8.575	8.575
Outras receitas	-	12.338	12.338	-	10.960	10.960
	83.250	23.659	106.909	73.988	28.114	102.102
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	(7.701)	(2.188)	(9.889)	(6.844)	(2.600)	(9.444)
Encargos setoriais (*)	(1.028)	-	(1.028)	(1.020)	-	(1.020)
	74.521	21.471	95.992	66.124	25.514	91.638

- (i) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

23.6. Depreciação e amortização

Os ajustes nesta rubrica são decorrentes dos custos de depreciação e amortização dos ativos de transmissão, na contabilidade regulatória, considerados como ativos de contrato na contabilidade societária.

23.7. Conciliação do lucro do exercício

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício societário	41.691	30.856
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Receita	(23.659)	(28.114)
Pis/Cofins	2.188	2.600
Custo de Construção	-	1.362
Despesa de depreciação	(19.861)	(19.820)
Outras despesas	-	4
IR/ CS Diferidos e correntes	12.057	23.380
Lucro líquido exercício regulatório	12.416	10.268

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

23.7. Conciliação do lucro do exercício

Atualização do ativo financeiro da concessão, Receita de Construção CPC 47/ IFRS 15

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo financeiro, decorrentes da aplicação da CPC 47/ IFRS 15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos do CPC 47/ IFRS 15.

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da CPC 47/ IFRS 15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de Construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/ IFRS 15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Despesa de depreciação

As despesas de depreciação e amortização referentes o ativo imobilizado/intangível, reconhecido para fins regulatório, são apropriadas no resultado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da do CPC 47/ IFRS 15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

24. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros diretamente ou indiretamente, através de suas subcontratadas, para cobertura dos bens sujeitos a riscos relevantes bem como responsabilidade para com terceiros considerando a natureza e porte de sua atividade. Neste sentido possui cobertura vigente de seguros abrangente para os bens atrelados à concessão e para terceiros bem como cobertura vigente de responsabilidade civil de diretores, administradores e profissionais.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

24. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2021 são:

Tipo	Seguradora	Limite de indenização	vigência
Riscos Operacionais	Tokio Marine	200.000	30-Set-22
Responsabilidade Civil	Chubb Seguros Brasil	30.000	30-Set-22
Responsabilidade Civil Profissional	Austral Seguradora	3.400	23-Ago-22
Responsabilidade Civil para Gestores	AIG Seguros Brasil	20.000	31-Jul-22

* * *

Daniel Araujo do Pinho
Diretor Financeiro e Relação com Investidores

Thais Rodrigues Ponciano
Contadora Responsável
CRC-1SP282352/O-0